Abifumo critica aumento de imposto sobre cigarros e alerta para avanço do mercado ilegal

Alíquota específica sobe 55,6%; mercado clandestino já movimenta R$ 10 bilhões por ano para o crime organizado

O Governo Federal elevou a tributação sobre os cigarros. De acordo com a Medida Provisória (MP) 1.399/2026 publicada na noite de quarta-feira (04), a alíquota específica vigente sobre o produto, de R$ 2,25, aumentará em 55,6%. O novo patamar não atende à demanda da indústria e do consumidor e amplia a diferença de preços entre o cigarro legal e o clandestino, favorecendo diretamente o contrabando e as organizações criminosas que controlam esse mercado.



Crédito: ASCOM Alfândega Foz do Iguaçu

Para o presidente da Abifumo, Edimilson Alves, os efeitos da medida vão além da política tributária e impactam diretamente a segurança do cidadão brasileiro. *"Aumentar a tributação sobre quem cumpre a lei, enquanto os criminosos continuam operando livremente, é penalizar a indústria formal, a arrecadação e a segurança pública. Além disso, a medida não considera a isonomia entre os setores afetados pelo Imposto Seletivo. Não existe política tributária eficiente quando ela fortalece a ilegalidade"*, declarou Alves.

O Brasil já conhece as consequências do aumento da diferença entre o preço do cigarro legal e ilegal, que só interessa ao crime organizado e não deve fazer parte de políticas fiscais do governo. Em 2019, o mercado clandestino chegou a responder por 57% do consumo nacional de cigarros. O aumento trazido pela MP representa a maior diferença entre preços na história, entregando ao crime organizado uma parcela ainda maior do mercado brasileiro.

Segundo dados do levantamento IPSOS, IPEC Inteligência de 2025, o mercado ilegal de cigarros movimentou cerca de R$ 10 bilhões para o crime organizado em 2025. São recursos que deixam de chegar aos cofres públicos e financiam organizações criminosas. Um estudo da Fundação Getulio Vargas (FGV) de 2025 também relaciona a expansão do mercado ilegal ao aumento de indicadores de criminalidade, como homicídios, tráfico de drogas e roubos de veículos. A discussão sobre o Imposto Seletivo, portanto, ultrapassa a questão tributária e alcança diretamente a segurança pública.

> *"Quando o produto legal se torna menos competitivo, a demanda migra para o cigarro ilegal, sem recolhimento de impostos e à margem das regras sanitárias e comerciais"*, enfatizou o presidente da Abifumo.

A entidade do setor defende que o governo reveja a decisão e adote um patamar de tributação compatível com a realidade brasileira. A Abifumo ressalta que a política tributária precisa considerar a existência do mercado ilegal, seus efeitos sobre a arrecadação, a competitividade e a segurança pública.



ABIFUMO
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DO FUMO